

CARTA ABERTA DOS SERVIDORES E SERVIDORAS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Reunidos no II Encontro Estadual de Servidores e Servidoras da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, vimos a público manifestar nossa indignação com a forma irresponsável e inconsequente com que autoridades públicas, civis e militares, têm dirigido reiterados ataques ao sistema eleitoral brasileiro, às instituições democráticas e aos próprios servidores da Justiça Eleitoral.

As seguidas manifestações do presidente da república, sugerindo levianamente a existência de fraudes no processo eleitoral, sem apresentar nenhuma prova para sustentar tais ilações, assim como as agressões verbais pessoalmente dirigidas a ministros do TSE e da Suprema Corte, aos integrantes do parlamento brasileiro e aos servidores da Justiça Eleitoral, dão o tom ameaçador da mais nova investida do líder do Poder Executivo contra a Democracia do nosso país.

Jair Bolsonaro afirmou categoricamente que o próprio TSE fraudava o processo eleitoral e que não respeitará a realização das próximas eleições gerais caso o chamado “voto impresso” não seja implementado.

Ninguém nega que todo sistema pode e deve ser objeto de permanente avaliação e melhoria, mas a verdade é que o *voto impresso* caminha no sentido contrário. É um verdadeiro retrocesso que, ao invés de melhorar o sistema eleitoral, cria diversas fragilidades no processo e, aí sim, abre as portas para oportunismos, fraudes, tumultos e eventuais tentativas de golpe, configurando uma clara afronta à Democracia.

Diante de tão graves ameaças vindas daquele que deveria zelar pela paz e normalidade social no país, nós, servidores do TRE-RJ, manifestamos nosso mais profundo repúdio às tentativas de deslegitimar o processo eleitoral e de gerar instabilidade política no Brasil, insuflando seguidores e correligionários a desrespeitarem o resultado das eleições e até mesmo a sua própria realização.

Preocupa-nos, e muito, o crescente risco para a nossa segurança nas mais de 2600 zonas eleitorais espalhadas por todo o território nacional. Assim como nos deixa apreensivos a ausência de um plano de segurança extraordinário para as Eleições Gerais de 2022, que assegure maior proteção aos locais de votação, ao transporte e guarda dos equipamentos a serem utilizados nas votações, aos mesários, colaboradores e aos eleitores em geral, evitando inclusive ações deliberadas que atentem contra as instituições do Poder Judiciário, a realização pacífica das eleições, a integridade física dos servidores e servidoras e a própria Democracia brasileira.

Nós sempre enfrentamos desafios no exercício de nossas atribuições, principalmente durante a preparação das eleições. O maior de todos eles, até hoje, talvez tenha sido realizar uma eleição em meio a uma pandemia que já havia tirado a vida de mais de um milhão de pessoas no mundo e 150 mil no Brasil. Infelizmente hoje esse número já passa de quatro milhões em todo o planeta e mais de meio milhão em nosso país.

Porém, nos sentimos orgulhosos em dizer que foi com competência, determinação, coragem e sacrifício que nós superamos tantas dificuldades, incertezas, falta de estrutura e o próprio medo de realizarmos as eleições em condições tão arriscadas.

As eleições municipais de 2020 foram um sucesso, na medida em que o direito de votar e ser votado foi garantido. Porém, não podemos deixar de denunciar que a insistência em a realizar naquele ano trouxe

graves consequências para saúde pública. Muitos servidores e colaboradores se contaminaram durante sua preparação e realização e poucos meses depois houve o recrudescimento da pandemia em todo o país.

Apesar de tudo isso, ao invés de reconhecer o imenso esforço dos servidores e servidoras, o presidente da república seguiu levantando dúvidas sobre a nossa honestidade e a lisura do pleito.

O cenário se torna ainda mais tenebroso quando percebemos que esses ataques à Justiça Eleitoral fazem parte de um projeto maior do governo, que visa promover o desmonte do serviço público, reduzir as proteções sociais da população e retirar direitos dos servidores públicos em geral, com a PEC 32/2020, a chamada Reforma Administrativa.

Tal projeto nefasto acaba com o acesso da população à saúde, educação, justiça e tantos outros serviços públicos, propondo, ainda, o fim da estabilidade dos servidores, o que fará retornar a permissividade e o apadrinhamento político nas nomeações para cargos públicos, as velhas práticas do voto de cabresto, a criação de verdadeiros currais eleitorais, a influência política sobre as fiscalizações da propaganda eleitoral e análises de contas de campanha, entre outros retrocessos.

Ainda há muito pelo que lutar. Que possamos permanecer firmes e unidos por nós, pela sociedade e por todos os colegas que, no exercício de suas funções, foram contaminados pela Covid-19, alguns, inclusive, deixando um grande vazio por não estarem mais entre nós.

Seguiremos trabalhando arduamente para fazer valer a vontade popular. A Democracia é um bem inegociável.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2021.